



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Programa de Pós-Graduação

PLANO DE CURSO

MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

DISCIPLINA

Seminário em Poder Legislativo

Código: MEST.9.00.1

Carga Horária Total: 30 horas/aula

PROFESSORES

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS, Dr.
NELSON GOMES DOS SANTOS FILHO, Dr.
RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS, Dr.

e-mail: Antonio (antonio.barros@camara.leg.br)
Nelson (nelson.santos@camara.leg.br)
Ricardo (ricardo.martins@camara.gov.br)

Currículo resumido:

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS, Dr.

Doutor em Sociologia e mestre em Comunicação. Docente do Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados. Tem experiência na área de Sociologia Política e Comunicação Política, atuando principalmente nos seguintes temas: interfaces do parlamento com a sociedade civil, movimentos sociais, análise do discurso político, representação e participação política e deliberação, internet e política, relações entre campo midiático e campo político, comunicação pública, educação para a democracia, audiências públicas, política ambiental, minorias e direitos humanos.

NELSON GOMES DOS SANTOS FILHO, Dr.

Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador (1995), Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2002) e Doutor em Administração pela mesma Universidade (2009). Atualmente é Analista Legislativo, atribuição Recursos Humanos, da Câmara dos Deputados. Professor e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: administração pública, políticas públicas, estudos organizacionais e gestão de pessoas.

Currículo completo: <http://lattes.cnpq.br/4716671040680952>

RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS, Dr.

Doutor em Ciência Política pelo IESP/UERJ, Mestre em Educação pela FGV/RJ, Bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ. Foi professor da UERJ, da FGV/RJ, da Universidade Católica de Brasília e da Universidade de Brasília. Foi assessor e diretor da CAPES/MEC. É consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Currículo completo: <http://lattes.cnpq.br/6914636917207339>

EMENTA

Estudo do Poder Legislativo como um fenômeno interdisciplinar sob a perspectiva de sua estrutura organizacional e administração, dos seus processos políticos e da sua política institucional.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

OBJETIVO GERAL

O aluno deverá ser capaz de interpretar e expressar o Poder Legislativo como um fenômeno interdisciplinar sob a perspectiva de sua estrutura organizacional e administração, dos seus processos políticos e da sua política institucional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Compreender o Legislativo como uma instituição ao mesmo tempo organização/burocrática e organização política.
- 2) Apresentar as ações institucionais, comunicativas e pedagógicas, voltadas à informação e divulgação da ação política do Legislativo e, em especial, da Câmara dos Deputados, e seus impactos sobre o exercício da democracia;
- 3) Compreender, de forma crítica, as principais abordagens de estudo do Legislativo brasileiro;
- 4) Contextualizar o Poder Legislativo como promotor da democracia, enfocando os aspectos de sua representação, comunicação e transparência;
- 5) Identificar as dimensões institucionais e relacionais envolvidas nos processos políticos do parlamento brasileiro;
- 6) Analisar as funções de mediação política do parlamento, suas interfaces sociotécnicas, deliberação e participação.

CONTEÚDO

- I. Organização do Poder Legislativo
 - a. A função administrativa no Legislativo.
 - b. A Casa Legislativa como organização pública.
 - c. Mudança organizacional no Legislativo.
- II. Processos Políticos (Ricardo Martins)
 - a. Principais abordagens de estudo do Legislativo brasileiro
 - b. Dimensões institucionais e relacionais dos processos políticos no parlamento
- III. Política Institucional (Antonio)
 - a. O parlamento como um órgão de mediação política e um ator-rede.
 - b. O conceito de esfera pública e o debate sobre democracia, participação, deliberação e representação.
 - c. Parlamento e cidadãos: tensões entre política x subpolítica.
 - d. Transparência, democracia digital e contrademocracia.
 - e. Cultura cívica, valores políticos e educação para democracia

MÉTODO

A metodologia inclui aulas expositivas e apresentações de trabalho dos alunos, acompanhadas das discussões dos textos.

AValiação

Cada grupo de 3 alunos deverá escolher um texto da bibliografia complementar, preferencialmente de sua linha, para apresentar oralmente. Ao final, cada aluno apresentará um ensaio respondendo a 3 perguntas (uma de cada linha) apresentadas pelos professores. O total das respostas deve ficar em torno de 1.500 palavras (mais ou menos 5 páginas).

Além da avaliação escrita, os alunos serão avaliados quanto à participação. A menção

final do aluno será atribuída em função do trabalho escrito (7 pontos), da apresentação oral (2 pontos) e da participação (1 ponto)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, R. J.; MIRANDA, R. C. R. Estrutura organizacional e processo decisório legislativo. **E-Legis**, v. 3/2013, p. 7-29, 2013.

BRAGA, R. J.; SATHLER, A. R. ; MIRANDA, R. C. R. The institutionalisation of the Brazilian Chamber of Deputies. **The Journal of Legislative Studies**, v. 22, p. 460-483, 2016.

CARVALHO, N. R.. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo**. Rio de Janeiro: Revan. 2003.

CINTRA, A. O e LACOMBE, M. B. A Câmara dos Deputados na nova República: a visão da Ciência Política. Em Avelar L. e Cintra, A.O. (orgs.) **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2015.

GOMES, W.; MAIA, R. C. M.. **Comunicação e democracia: Problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

MAIA, R; GOMES, W; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MIRANDA, R. C. R.; BRAGA, R. J. Informação legislativa: conceitos, usos e variáveis indicadoras. Manuscrito.

SANTOS, M. L. Teoria e método nos estudos sobre o Legislativo brasileiro: uma revisão da literatura no período 1994-2005. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**. São Paulo, n. 66, 2º sem. 2008, p. 65-89.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LINHA 1

ABRUCIO, F. L.; PEDROTI, P. ; PÓ, M.V. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: LOUREIRO, M.R.; ABRUCIO, F.L. **Burocracia e política no Brasil**. Rio de Janeiro : Ed. FGV, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 53. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, **Cadernos MARE**, n. 1, 1997. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf> >. Acesso em: 22 out. 2012.

DE BONIS, D.; PACHECO, R.S. Nem político, nem burocrata: o debate sobre o dirigente público. In: LOUREIRO, M.R.; ABRUCIO, F.L. **Burocracia e política no Brasil**. Rio de Janeiro : Ed. FGV, 2010.

HEIRICH, C.J. Como avaliar o desempenho e a efetividade do setor público. In: PETERS, B.G.; PIERRE, J. (orgs). **Administração Pública**. São Paulo:UNESP; Brasília:ENAP, 2010.

LOUREIRO, M.R.; OLIVIERI, C.; MARTES, C.B. Burocratas, partidos políticos e grupos de interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil. In: LOUREIRO, M.R.; ABRUCIO, F.L. **Burocracia e política no Brasil**. Rio de Janeiro : Ed. FGV, 2010.

LYNN JR, L.E. Gestão Pública. In: PETERS, B.G.; PIERRE, J. (orgs). **Administração Pública**. São Paulo:UNESP; Brasília:ENAP, 2010.

PACHECO, R.S. A agenda da nova gestão pública. In: LOUREIRO, M.R.; ABRUCIO, F.L. **Burocracia e política no Brasil**. Rio de Janeiro : Ed. FGV, 2010.

PAES DE PAULA, A. P.. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 45, n. 1, mar. 2005b . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

75902005000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 set. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902005000100005>.

ROUBAN, L. Politização da administração pública. In: PETERS, B.G.; PIERRE, J. (orgs). **Administração Pública**. São Paulo:UNESP; Brasília:ENAP, 2010.

RUA, M. G. Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. **Revista do Serviço Público**. Set-Dez 1997.

SANTOS FILHO, N. G. ; SALLES, G. S. ; DANNA, E. C. ; PRADO JR, T. X. . Mudança organizacional no Legislativo brasileiro: discutindo as possibilidades de aplicação do Institucionalismo Sociológico na análise da modernização da estrutura administrativa da Câmara dos Deputados. In: **Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD**, 2010, Vitória.

LINHA 2

AMORIM NETO, O.. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 out. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000300003>.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: Uma introdução**. 2. ed.. São Paulo: Konrad-Adenauer e Unesp, 2015.

AVRITZER, L.. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 50, no3, 2007, pp. 443 a 464. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais (atualizadas). [on line]. Brasília: Palácio do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em 26 mai. 2014.

CORNING, P. A. The evolution of politics. In WUKETITS, F. and ANTWEILER, C. **Handbook of Evolution**, vol I. Wiley-Blackwell, 2004.

DANTAS, H. (ORG). Educação política: reflexões e práticas democráticas. **Cadernos Adenauer** XI, N.o. 3, 2010. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/P_6309/Meus%20documentos/Downloads/educa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%202010%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/P_6309/Meus%20documentos/Downloads/educa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%202010%20(1).pdf). Acessado em 6/5/2014.

DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F.. **Electoral Systems and Democracy**. Baltimore - Maryland: The Johns Hopkins University Press, 2006.

FERREIRA JÚNIOR, N.A.; PERLIN, G.D.B. e ROCHA, A.B. Reforma política no parlamento brasileiro: considerações a partir da rejeição política do projeto de lei 1210 de 2007. **E-legis**, Brasília, n. 9, p. 24-51, 2º semestre 2012.

FIGUEIREDO, A. C.. Instituições e Política no Controle do Executivo. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso 28 out. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582001000400002>.

LIMONGI, F. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**. Rio de Janeiro, n. 37, 1.º sem este 1994, pp. 3-38.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A.C. Modelos de legislativo: o legislativo brasileiro em perspectiva. **Plenarium**. Brasília, n. 1, nov. 2004, p. 41-56

LINHA 3

ANDRADE, Jackeline Amantino de. Redes de atores: uma nova forma de gestão das políticas públicas no Brasil? **Gestão & Regionalidade** , v. 22, no. 64 (2006). Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1334/133417356004/>

BERNARDES, C. B.; BARROS, A. T. de. A credibilidade jornalística como instrumento para ampliação da confiança no Parlamento. In: MESSEMBERG, D.; PINTO, J. R. de S.; SOUSA, L. C. de; FARIA, C. F. S. de. (Orgs.). **Estudos Legislativos** - 20 anos da Constituição Brasileira. Brasília: Senado Federal: Câmara dos Deputados: Tribunal de Contas da União; Universidade de Brasília, 2010, p. 164-192.

COSSON, Rildo. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. **E-Legis** -Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, v. 7, n. 7, p. 49-58, 2011.

FARIA, Cláudia Feres. O que há de radical na teoria democrática contemporânea: análise do debate entre ativistas e deliberativos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 25, no. 73 (2010). Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/107/10717457006/>

FUNG, Archon. Democratizing the policy process. In: GOODIN, Robert E.; MORAN, Michael; REIN, Martin. **The Oxford handbook of public policy**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006. p. 667-683.

GOMES, A. L. H. T.. Cidadãos crentes, críticos e ocultos: Assimetrias da confiança no congresso nacional. **Anais...** 7o Encontro da ABCP. Recife: Associação Brasileira de Ciência Política, 2010. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/9392>>. Acesso em: 18 maio 2011.

GOMES, W. **Transformações da Política na Era de Comunicação de Massa**. São Paulo: Edit. Paulus, 2004.

KARLSSON, M, Representation as Interactive Communication. **Information, Communication & Society**, 2013.

LESTON-BANDEIRA, C. Parliaments' Endless Pursuit of Trust: Re-focusing on Symbolic Representation. **The Journal of Legislative Studies**, v. 18, 3-4, 2012. P. 514-526.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, n. 70 (2007): 139-170. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ln/n70/a07n70.pdf>

MAIA, Rousiley. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 63 (2007): 91-116.

Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-63/597-politica-deliberativa-e-tipologia-de-esfera-publica/file>

MANIN, B. **A democracia de público reconsiderada**. Novos Estudos – CEBRAP, N.o. 97, São Paulo, Novembro de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300008

_____. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol 10, n.o. 29, 1995. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=208:rbc-29&catid=69:rbc&Itemid=399

MIGUEL, L.F. **Democracia e Representação**. Territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. Participação social como método de governo? Um mapeamento das " interfaces socioestatais" nos programas federais. **Texto para Discussão**, n. 1707. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/91426>

POGREBINSCHI, T.; SANTOS, F.. Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no3, 2011, pp. 259 a 305. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n3/v54n3a02.pdf>. Acessado em 06/05/14.

URBINATI, N. Da democracia dos Partidos ao Plebiscito da *Audience*. São Paulo: **Lua Nova**, P. 85-105, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n89/04.pdf>. Acessado em 06/05/14.

_____. O que torna a representação democrática. Apresentado no Encontro Anual da *American Political Science Association* (Apsa), Washington (EUA), setembro de 2005. Tradução de Mauro Soares. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>.

YOUNG, I. Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n.67, p. 263-269, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>

WEBER, Max. O parlamento como órgão do Estado e o problema da publicidade da administração. In: Economia e Sociedade. Brasília: EdUnB, 1999. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/54289470/Max-Weber-Economia-e-Sociedade-Fundamentos-Da-Sociologia-Compreensiva-Vol-2-Ocr>

WILLIAMSON, A. **MPs Online – Connecting with constituents**. A study into how MPs use digital media to communicate with their constituents. London: Hansard Society, 2009. Disponível em: <http://www.hansardsociety.org.uk/wp-content/uploads/2012/10/MPs-Online-Connecting-with-Constituents-2009.pdf>

_____, A. **Digital Citizens and Democratic Participation**. An analysis of how citizens participate online and connect with MPs and Parliament. London: Hansard Society, 2010.

CALENDÁRIO TENTATIVO					
AULA	DATA	H/A	CONTEÚDO – ATIVIDADE	RESPONSÁVEIS	REFERÊNCIA
1ª	10/08	2	Apresentação do programa, discussão geral da condução dos trabalhos e indicação dos temas dos artigos a serem desenvolvidos pelos alunos	Profs. Antonio, Nelson e Ricardo Martins	Plano de Curso
		2	Conteúdo interdisciplinar Linha 1 – Visão Geral da Organização do Poder Legislativo Linha 2 – O Legislativo como um sistema aberto Linha 3 – Democracia, representação e comunicação		Material dos profs.
2ª	24/08	4	Conteúdo linha 1 A função administrativa no Legislativo. A Casa Legislativa como organização pública. Mudança organizacional no Legislativo.	Prof. Nelson	BRASIL, 2018; BRESSER-PEREIRA, 2012; SANTOS FILHO et al. 2010
3ª	14/09	4	Conteúdo linha 2 Principais abordagens de estudo do Legislativo brasileiro Dimensões institucionais e interpessoais dos processos políticos no parlamento.	Prof. Ricardo Martins	CARVALHO, N. 2003; CINTRA, A. O e LACOMBE, M., 2015; SANTOS, M. L., 2008;

	CALENDÁRIO TENTATIVO				
AULA	DATA	H/A	CONTEÚDO – ATIVIDADE	RESPONSÁVEIS	REFERÊNCIA
4ª	28/09	4	Conteúdo linha 3 Parlamento, Participação e Representação Comunicação, Democracia e Transparência	Prof. Antonio	FUNG (2006); GOMES e MAIA, 2008 (cap. 3, 4 e 8); MAIA, GOMES e MARQUES, 2011 (cap. 1, 3 e 4); MANIN, 1995 e 2013; URBINATI, 2005 e 2013;
5ª	19/10	4	Apresentação de trabalhos dos alunos	Profs. Antonio Nelson e Ricardo Martins	
6ª	09/11	4	Apresentação de trabalhos dos alunos	Profs. Antonio, Nelson e Ricardo Martins	
7ª	23/11	4	Avaliação oral e escrita final dos capítulos	Profs. Antonio, Nelson e Ricardo Martins	
8ª	07/12	2	Entrega do resultado final e encerramento da disciplina	Profs. Antonio, Nelson e Ricardo Martins	